

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Disciplinar de Sindicância nº. 09/2021

Interessada: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Servidor: José Carlos Almeida

EMENTA: DENÚNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA. INSUBSISTÊNCIA DE FALTO PUNÍVEL AO SINDICADO. ARQUIVAMENTO ART. 192, II, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 23/2015.

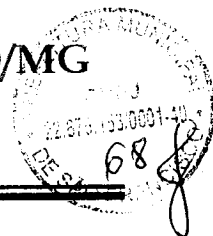
Relatório

Trata-se de Processo Administrativo de Sindicância instaurado por meio da Portaria/CM nº. 19, de 05 de maio de 2021, publicada em 10/06/2021, em decorrência de pedido de providências formalizado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em razão de denúncia apresentada pelo representante da legal da empresa José Carlos de Bessa - ME, na qual alegou ter o servidor José Carlos Almeida, agente de inspeção, realizado no dia 22/04/2021, filmagens das atividades dos funcionários da empresa, por meio de aparelho celular, sem que fosse dada a permissão, afirmando ter tomado conhecimento por terceiros de que tal atitude já ocorreu outras vezes, com a divulgação das imagens em redes sociais (fls. 03/04).

Solicitada prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos, foi deferido por meio da Portaria/CM nº. 41, de 02 de agosto de 2021. (f. 21).

Citado para interrogatório designado para o dia 03/08/2021, compareceu o servidor, que se manifestou informando que não são verdadeiros os fatos imputados na denúncia, visto que não realizou filmagem na data apontada, mas apenas a vistoria do local, em atividade rotineira, tendo apenas retirado o celular do

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



bolso para verificar as horas, tendo sido interpelado pelo proprietário e imediatamente retirou-se do local. Afirmou nunca ter havido nenhuma reclamação sobre suas abordagens, durante o tempo em que atua como agente de inspeção e que é servidor da Secretaria Municipal de Educação e foi cedido para o Serviço de Inspeção Municipal.

Apresentou defesa prévia por ocasião do interrogatório, na qual afirmou ter sido orientado pelo Promotor de Justiça, por meio de videoconferência, que não há regramento quanto à utilização de aparelho celular nas inspeções e que, caso fosse para maior transparência, desde que não houvesse prejuízo à empresa, não haveria problema. Não foram arroladas testemunhas.

Acostou o Decreto nº. 07, de 15 de fevereiro de 2019, que regulamenta o Serviço de Inspeção Municipal, criado por meio da Lei nº. 3.169, de 24 de outubro de 2018, trecho de conversa do WhatsApp, ofício encaminhado ao secretário informando sobre as melhorias necessárias no serviço de inspeção, alvarás de funcionamento da empresa denunciante e fotografias de bovinos abatidos, nas quais se verifica anomalias (fls. 29/38).

Designada oitiva de testemunhas para o dia 13 de agosto de 2021, foram ouvidas as testemunhas arroladas pela Comissão Sindicante:

1) **Cosmo Fernando Pinto Lima (fls. 43/44)**, afirmou que o Sindicato ficou incumbido da fiscalização do abatedouro, especialmente após a saída do veterinário Félix, que o mesmo tem formação em Biologia e detém muito conhecimento para o desempenho das funções, não tendo havido outra reclamação em seu desfavor, além da constante dos autos e encontra-se cedido para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente desde 2017.

2) **Armando Praz Pelaquim (fls. 45/46)**, informou que acompanha os serviços de inspeção, em razão de não haver veterinário designado para a função, sendo permitido o relatório fotográfico dos animais e demais objetos de fiscalização para elaboração do relatório, especialmente em situações de suspeita de doenças como tuberculose e brucelose, não entendendo correta a divulgação das imagens.

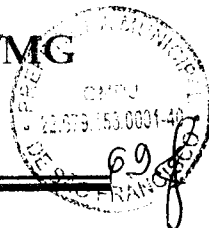


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

Rua Montes Claros nº 243 - Centro - CEP 39.300-000



3) **José Rodrigues da Silva Junior (fls. 47/48)**, informou já haver trabalhado no abatedouro até agosto de 2020, não tendo conhecimento de filmagens realizadas pelo sindicato nesse ano, mas em 2020, não tendo havido nenhuma advertência por parte do proprietário, não tendo presenciado qualquer excesso por parte do sindicato.

Intimado para prestar depoimento, o representante legal da denunciante, José Carlos de Bessa, não compareceu (fls. 50/51)

Intimado o Sindicato para apresentação da razões finais, limitou-se requerer da comissão considerar o papel do agente de inspeção, que é fiscalizar os produtos de origem animal e condenar partes afetadas, o que importuna os fiscalizados, que buscam coibir a fiscalização (f. 55).

Solicitada a prorrogação do prazo de conclusão dos trabalhos, foi deferido por 30 (trinta) dias por meio da Portaria/CM nº. 47, de 02 de agosto de 2021 (f. 58).

A Procuradoria Jurídica encaminhou cópia da Portaria nº. 198/2019, que nomeou o Sindicato para responder pelo cargo de Agente de Inspeção Sanitária (f. 60).

Elaborado o relatório final, a Comissão Sindicante manifestou-se pelo arquivamento do processo, em face da ausência do objeto da denúncia, nos termos do art. 192, I, da Lei Complementar nº. 23/2015 (fls. 61/66).

É o relatório.

Fundamentação

A conduta imputada ao servidor nestes autos encontra-se prevista na Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015:

Art. 154. São deveres do servidor:

I - observar as leis e regulamentos;

[...]

V - cumprir fielmente as ordens superiores, salvo se manifestamente ilegais;

[...]

X - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;


Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



[...]

Art. 155. É proibido ao servidor:

[...]

IX - ofender a dignidade ou o decoro de colega ou particular ou propalar tais ofensas;

[...]

XII - deixar de observar a lei, em prejuízo alheio ou da administração municipal;

[...]

Observada a legislação municipal, em detrimento do que consta dos autos, em especial pelos depoimentos colhidos, não se vislumbra o descumprimento das disposições legais por parte do servidor sindicado.

Tomadas as alegações constantes da denúncia, não restou comprovado a autoria nem a materialidade do fato imputado em desfavor do Sindicado.

A Lei Complementar nº. 23/2015, assim disciplina: "Art. 192. Da Sindicância poderá resultar: [...] II - arquivamento, por falta de prova suficiente à aplicação da penalidade administrativa;"

Verifica-se dos autos que o servidor Sindicado realizou registros fotográficos no abatedouro de propriedade da denunciante, no entanto, tais registros se deram exclusivamente em razão da função, sem comprovação de divulgação, o que restou demonstrado não se constituir falta funcional.

Conclusão

Sendo assim, à ausência de prova de prática funcional punível, pelo servidor JOSÉ CARLOS ALMEIDA, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços da Educação Básica, matrícula 16.014, não subsiste a denúncia constante desses autos, devendo ser promovido o ARQUIVAMENTO da Sindicância, nos termos do art. 192, II, da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015.

Verifica-se, no entanto, que não foi regulamentada a cessão do Sindicado para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, visto que é lotado na Secretaria Municipal de Educação. Desta forma, faz-se necessária a intimação da Secretaria Municipal de Educação, a fim de que promova a

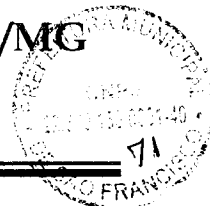


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

Rua Montes Claros nº 243 - Centro - CEP 39.300-000



regulamentação de tal cessão, a fim de que o servidor não fique prejudicado para efeitos de progressão e promoção funcional.

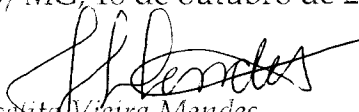
PUBLIQUE-SE o resumo da presente decisão no mural, bem como, INTIMEM-SE o Sindicato e o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com a advertência acerca da necessidade da providência administrativa para provimento do cargo de Fiscal Sanitário.

Oficie-se ao Secretário Municipal de Educação, alertando-o para a necessidade de regulamentar o desvio de função do Sindicato, tendo em vista que o cargo para o qual foi nomeado não pertence ao quadro de cargos em comissão constante da Lei Municipal nº. 3.036/2016.

Após transcorridos os prazos legais, ao arquivo.

PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

São Francisco/MG, 18 de outubro de 2021.


Josefina Vieira Mendes
Corregedora Municipal